PROCURAÇÃO *“AD JUDICIA” “ET EXTRA”*

OUTORGANTE: NOME DO CLIENTE, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da Carteira de Identidade nº ....., e CPF nº ....., residente e domiciliada na Rua....., sn, Bairro....., da cidade de ....., Estado do ....., com CEP..... .....

OUTORGADO(S): NOME DO ADVOGADO, nacionalidade, estado civil, advogado, inscrito na OAB/... sob nº ....., escritório profissional na AV. ....., sn, Bairro ....., na cidade de ....., Estado do ..... com CEP. .....

PODERES: Por este instrumento particular de procuração, constituo meus bastantes procuradores os outorgados, concedendo-lhe os poderes inerentes da cláusula *ad juditia et extra*, para o foro em geral, portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, assinar termo, oferecer defesa, direta ou indireta, interpor recursos, ajuizar ações e conduzir os respectivos processos, solicitar, providenciar e ter acesso a documentos de qualquer natureza, para fins de Requerimento de Benefício e Atualização de Dados, Senha do Meu INSS, Cópia de Processo Administrativa, Laudo Pericial e Histórico de Consignação e Crédito junto ao INSS, **representar o(a) outorgante perante o atendimento do GOV.BR para alterar dados e configurações de sua Conta GOV.BR , bem como consultar informações relacionadas à conta.** bem como representá-lo perante qualquer Órgão da Administração Público (direta e indireta) ou Entidade de Direito Privado, sendo o presente instrumento de mandato oneroso e contratual podendo substabelecer este a outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom e valioso, a fim de praticar todos demais atos necessários ao fiel desempenho deste mandato.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga aos Advogados acima descritos, os poderes especiais para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, firmar compromissos ou acordos, receber valores, dar e receber quitação, receber e dar quitação, levantar ou receber RPV e ALVARÁS, pedir a justiça gratuita, assinar declaração de hipossuficiência econômica e assinar declaração de isenção de imposto de renda, em conformidade com a norma do art. 105 da Lei 13.105/2015.

Picos – PI, XX de XX de 2026

_____

(OUTORGANTE)